

Cultivando Saberes: Um Caminho para a Transição Agroecológica

BARROS, Edonilce da Rocha. EBDA/UNEB, email: edobarros@uol.com.br; JORDÃO, Eliete Mortimer. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. - EBDA, email: eliete.jordao@ebda.ba.gov.br.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é apresentar alguns resultados do “Projeto Cultivando Saberes” desenvolvido no Território de Cidadania Chapada Diamantina, na Bahia, por meio da parceria da EBDA com o DATER/SAF/MDA. O projeto visa qualificar extensionistas para atuarem como agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Em 2008 foram capacitados 25 agentes, na perspectiva agroecológica e do desenvolvimento sustentável, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar. O conteúdo da formação, além de estabelecer formas e processos de socialização de conhecimentos, visando aprimorar a ação dos agentes, permitiu estabelecer uma relação de cumplicidade desses com as famílias em torno do processo de planejamento e gestão de suas atividades produtivas e a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A utilização de ferramentas, técnicas e métodos participativos no processo de formação foi confirmada como o caminho facilitador da transição agroecológica.

Palavras-chave: Formação de agentes de ater, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar.

Contexto

O Projeto “Cultivando Saberes” é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Coordenação de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e que uniu esforços e experiências institucionais no empreendimento de uma proposta de ampliação e qualificação da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares. Com esse projeto o MDA pretende alcançar um grande número de técnicos extensionistas que nunca tiveram, ou tiveram poucas oportunidades de capacitação e de contato com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Adotando uma estratégia de formação em rede, o Projeto capacita extensionistas para atuarem como formadores na capacitação de outros extensionistas (os chamados agentes de ater) vinculados às instituições não estatais de ATER que, por sua vez, atuam diretamente junto às famílias agricultoras de municípios do Nordeste e do estado do Pará. Em fevereiro de 2008, ocorreu em Recife-PE, a primeira formação de 80 horas para os primeiros 28 agentes formadores que iriam implementar o Projeto em seus estados. Quatro técnicos representantes da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) participaram dessa formação.

O projeto, na Bahia, iniciou logo após essa primeira formação, com a divulgação nas gerências regionais da EBDA, às quais os formadores estão vinculados e em seguida com uma apresentação para a diretoria da empresa e os articuladores estaduais das Redes Temáticas de Formação de Agentes de Ater, Agroecologia e Metodologias Participativas. Após essa etapa foi realizado um encontro com as principais lideranças das entidades de Ater no Estado: Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), Associação das Escolas-Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), Articuladores dos Territórios de Cidadania, Delegacia do MDA, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Trabalhadores (MST) dentre outras, objetivando, além da divulgação do Projeto, a formação de um Comitê Estadual de Articulação para uma gestão compartilhada (governo/sociedade civil). A proposta de formação dos agentes de ater está pautada nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável, nos princípios da agroecologia, nas políticas públicas dirigidas para os agricultores familiares e na reorientação de uma prática extensionista baseada

no difusionismo para uma prática dialógica e participativa.

O objetivo geral do projeto de formação é qualificar extensionistas para atuarem como agentes de ater na perspectiva agroecológica e do desenvolvimento sustentável, e para estabelecer articulação entre as políticas públicas, programas e projetos com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar e nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Operacionalmente o projeto pretende desenvolver processos pedagógicos e metodológicos que possibilitem a formação de agentes de ater em aspectos relacionados à agricultura familiar, à agroecologia, à sustentabilidade, ao crédito rural, às formas organizativas, à comercialização e a outros temas transversais, visando aprimorar sua atuação junto aos agricultores familiares em relação ao processo de planejamento e gestão de suas atividades produtivas e à construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2008).

Descrição da Experiência

A experiência que ora relatamos aconteceu no Território Chapada Diamantina, no município de Seabra-BA, nos meses de agosto e novembro de 2008. A formação dos agentes de ater foi toda baseada nos princípios da participação, no enfoque sistêmico e no respeito aos múltiplos saberes locais, desde a seleção dos agentes até a formação propriamente dita. Inicialmente houve um processo de mobilização e sensibilização das instituições governamentais e não governamentais no Território para apresentação do Projeto e seleção dos agentes de ater.

Os critérios estabelecidos pelo Comitê Estadual de Articulação foram os seguintes: os agentes deveriam atuar na área de ater, não sendo restrita à formação em ciências agrárias; a entidade que indicasse o agente deveria participar ou demonstrar interesse nas dinâmicas do território, porém, teriam prioridade as pessoas que já participassem das atividades do território; as entidades indicariam formalmente os técnicos que tivessem o perfil do agente de ater, com o compromisso de mantê-lo pelo período mínimo de vigência do projeto (um ano), apoiando as ações necessárias para a implementação do projeto em sua área de atuação; no processo de seleção deveria ser garantido o percentual mínimo de 30% de mulheres; o agente deveria ter motivação e sensibilidade para trabalhar com grupos de agricultores familiares e desenvolver atividades de ater, utilizando-se de ferramentas que proporcionassem a participação dos atores do processo (metodologias participativas).

Os agentes de ater selecionados eram vinculados à Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA), à Cooperativa dos Floricultores de Bonito, à Associação e Cooperativa de Produtores de Aguardente da Microrregião de Abaíra (APAMA/COOPAMA), às Prefeituras Municipais de Mucugê, Palmeiras, Bonito, Jussiapé, Andaraí e Souto Soares, à FETAG/Pólo Sindical da Chapada, ao Geocentro Ambiental de Bonito (GAB/CLARIA), à Associação de Cultura Popular Quebra-coco, à Associação de Cultura de Bonito, à Associação Comunitária do Vale do Mucugê (ACVM), à Escola Família-Agrícola do Território da Chapada (AECOFABA), ao Parque Municipal de Mucugê, à Organização Viver Cultura e Meio Ambiente de Andaraí, ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR); alguns agentes eram de associações comunitárias. Dos 25 participantes 08 (oito) eram mulheres e 17 (dezessete) eram homens. A grande maioria dos agentes é formada por engenheiros agrônomos e por técnicos em agropecuárias (70%). Os 30% restantes são de profissões variadas como historiador, assistente social, pedagogos e alguns do ensino médio.

Montamos a formação para acontecer em dois módulos de 40 horas cada. No primeiro módulo, privilegiamos uma abordagem teórico-prática sobre desenvolvimento rural sustentável; agricultura

familiar (conceitos, origem, situação atual); Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER; agricultura familiar, relações de gênero e redes temáticas; agroecologia como paradigma diretivo para a ação extensionista e transição agroecológica no contexto da sustentabilidade: reflexões a partir de práticas locais; histórico antropocêntrico da relação da arte com a agricultura familiar; a imagem (fotografia) como linguagem silenciosa e universal no trabalho comunitário e como processo de aprendizagem e de troca de saberes para garantir a inclusão. Pretendíamos nesse primeiro módulo instrumentalizar os agentes, didático e teoricamente para as atividades do segundo módulo que seria mais prático, ou seja, nas comunidades junto aos agricultores familiares.

No segundo módulo, o enfoque recaiu mais sobre as metodologias participativas - Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e estudos dos agroecossistemas locais. Ambas as formações (módulo I e módulo II) aconteceram em Seabra-Ba, município que faz a interconexão com os demais municípios da Chapada Diamantina. A duração de cada módulo era de uma semana. A EBDA cobria os custos de hospedagem e alimentação e as entidades responsáveis pela indicação dos agentes cobriam os custos de deslocamento. O custo de cada módulo ficou em torno de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). As atividades práticas, que ocorreram principalmente no segundo módulo, foram realizadas nas comunidades de Lagoa da Boa Vista e Churé, cuja atividade econômica principal é a cultura de café de sequeiro.

Resultados

A convivência no período de formação com os agentes revelou a carência que eles têm de formação continuada. A maioria deles atua com atividades de ater tradicional (elaboração de projetos de crédito e acompanhamento). Alguns técnicos ligados à AECOFABA, FETAG e ao MST que mantém convênios com o MDA já praticam uma ater com base no enfoque do desenvolvimento sustentável e princípios agroecológicos. Poucos fazem uso das metodologias participativas, o que os mantém distantes das famílias atendidas e de suas demandas reais. A formação oportunizou aos agentes experienciarem uma nova ação extensionista, tanto em relação aos conteúdos teóricos como em relação às práticas em meio real. As dinâmicas de integração, as exposições dialogadas, as tempestades de idéias, as exhibições de vídeos educativos utilizadas como recursos didáticos na formação contribuíram para uma melhor assimilação e aprendizagens compartilhadas. Os métodos e técnicas utilizadas possibilitaram a troca de saberes entre os agentes, entre eles e os instrutores e especialmente entre eles e as comunidades.

Essa troca se deu por meio dos encontros comunitários programados no processo de formação, das visitas às propriedades acompanhadas pelos agricultores familiares; por meio das entrevistas e dos bate-papos com as famílias, por meio das caminhadas realizadas para entender os agroecossistemas locais, e das sistematizações dos dados em grupo para a restituição dos resultados às comunidades envolvidas; e ainda por meio das danças, das cantorias intercaladas no processo formativo, e dos golinhos de Abaíra (cachaça artesanal da chapada) nos botecos rurais.

Na comunidade de Lagoa da Boa Vista foi realizada uma oficina de diagnóstico rural participativo (DRP) com a participação de representantes dos agricultores, grupos de cultura, grupo de mulheres e de jovens, onde foram levantadas as potencialidades, os principais problemas que afetam a população e a forma de solucioná-los; em cinco propriedades aplicamos a metodologia dos estudos agrários para conhecimento dos agroecossistemas local. As mesmas atividades foram realizadas na comunidade de Churé, onde houve também uma reunião comunitária para restituição das informações sistematizadas. Nesse encontro representantes das duas comunidades apresentaram aspectos da cultura local, finalizando com uma exibição das Bandas

de Pífano das duas comunidades.

Concluímos que, uma ATER que deseja qualificar sua ação junto aos agricultores familiares precisa primeiramente humanizar a técnica e sair de uma ação com base na razão instrumental para uma ação com base na racionalidade socioambiental. Com esta formação em meio real, percebemos a importância de estudos destinados à compreensão das questões teóricas e práticas relacionadas aos processos formativos, entendendo-os como fenômenos complexos responsáveis pelo desenvolvimento da condição humana. A formação abordou a diversidade, a complexidade e territorialidades presentes no cotidiano dos agentes de ater e dos agricultores familiares. Fundamentamos a formação em uma perspectiva teórico-metodológica rumo ao desenvolvimento sustentável e em um diálogo permanente entre técnicos e população.

O ponto alto desse processo formativo foi poder interagir conhecimento científico com conhecimento popular, cultivando assim os múltiplos saberes principalmente aqueles que estão cobertos pela força da técnica em detrimento da natureza e da condição humana. Com essa primeira experiência de implementação do Projeto, percebemos que com o uso de ferramentas, de técnicas e de métodos participativos no processo de formação, associado aos novos enfoques da PNATER, o Projeto “Cultivando Saberes” se torna um caminho facilitador da transição agroecológica.



Figura 1: Reunião comunitária (Lagoa da Boa Vista) nas áreas



Figura 2: Plantio de café de sequeiro

Agradecimentos

Resumos do VI CBA e II CLAA

Agradecemos à participação de todos que colaboram com essa formação e em especial ao Sr. Nequinho (96 anos), morador mais antigo da comunidade de Churé que contando a história do lugar nos proporcionou cultivar novos saberes.

Referências

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Guia do Extensionista-formador, do Agente de ATER, do Comitê de Articulação Estadual e da Coordenação*. Brasília: SNAD/DNDV/CLAV, 2008.